O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 21/12/2024 - 06:00

Mudanças no pacote fiscal podem custar até R$20 bi em economia

Contas públicas **Economia menor**

Analistas projetam perdas de até R$ 20 bi com mudanças em pacote

Congresso aprova textos com pelo menos 19 alterações em relação à proposta original da Fazenda, esvaziando temas como BPC e emendas parlamentares

BRASÍLIA
SÃO PAULO

Depois de uma longa negociação que envolveu a promessa de liberação de novas emendas parlamentares, o Congresso concluiu ontem a votação e promulgou o pacote fiscal apresentado pelo governo. Mas parte dos textos ganhou redação bem diferente da proposta pela equipe econômica, com impacto sobre a economia esperada para os cofres públicos. Na avaliação de analistas de mercado, as alterações devem reduzir essa economia no corte de gastos entre R$ 8 bilhões e R$ 20 bilhões nos próximos dois anos.

Para o economista-chefe da XP Investimentos, Tiago Sbardelotto, o impacto fiscal caiu de R$ 52,3 bilhões para R$ 44,4 bilhões. Ou seja, uma diferença de quase R$ 8 bilhões. Já nas contas do analista e especialista da área fiscal da Tendências Consultoria, João Leme, a perda pode variar de R$ 10 bilhões a R$ 20 bilhões. Inicialmente, a consultoria projetava economia de R$ 52,6 bilhões até 2026, último ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Em geral, as mudanças realizadas não foram no sentido de aprimorar o projeto inicial que foi enviado pelo governo, elas diminuem a eficácia do pacote", disse ele. "Em algum momento do ano que vem, o governo precisará aprovar novas medidas fiscais."

Reação
Desde sua apresentação, pacote foi visto no mercado como insuficiente para manter arcabouço

Ao apresentar o pacote, no fim de novembro, a Fazenda calculava uma economia bem maior: de R$ 71,9 bilhões em dois anos, número que sempre foi contestado no mercado. Ontem, o ministro Fernando Haddad procurou minimizar o efeito das mudanças e afirmou, inicialmente, que a redução ficaria em torno de R$ 1 bilhão. À noite, a Fazenda divulgou projeção de perda de R$ 2,1 bilhões (*mais informações na pág. B4*).

Levantamento do **Estadão** mostra que os parlamentares mexeram em pelo menos 19 trechos do pacote, composto por dois projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As mudanças feitas no Congresso – e apoiadas pelo próprio governo para garantir a aprovação dos textos – afetam, por exemplo, o corte de gastos esperado em programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); diminuem a arrecadação com o fim do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (DPVAT); e abrem caminho para aumento de despesas, por conta da proteção dada às emendas parlamentares.

Como ponto positivo, analistas destacam a limitação do reajuste do salário mínimo a 2,5% ao ano acima da inflação – mesmo teto do arcabouço fiscal. Pelas regras em vigor, o mínimo é o indexador de parte das despesas da Previdência, o que tem pressionado as contas do governo. ●

DANIEL WETERMAN, ALVARO GRIBEL, DANIEL TOZZI MENDES e ANNA SCABELLO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.